



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

5915 - Pôster - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 08 - Educação Superior

UNIVERSIDADE NA COMUNIDADE: IDOSOS EM FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA

Cristiane Dall Agnol da Silva Benvenuti - UFPR - Universidade Federal do Paraná

Elizandra Jackiw - UFPR - Universidade Federal do Paraná

Agência e/ou Instituição Financiadora: Não

UNIVERSIDADE NA COMUNIDADE: IDOSOS EM FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA

Este resumo expandindo traz o recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento, que tem como problemática investigar quais ações extensionistas cumprem a função educativa de emancipação do idoso desenvolvidas pela parceria universidade/comunidade?

Conforme Capítulo V, Artigos 20 a 25 do Estatuto do Idoso, Lei n.º 10741/03 da Educação, Cultura, Esporte e Lazer dos quais a pessoa idosa tem direito, isso reforça na presente pesquisa o objetivo geral analisar se as ações extensionistas para idosos desenvolvidas pelos cursos extensionistas junto à comunidade cumprem a função educativa de emancipação a partir da perspectiva de uma formação ao longo da vida.

De cunho qualitativo, sob o movimento de articulação da pesquisa-ação segundo Flick (2009) e Sampieri, Colado e Lucio (2013), o problema e os objetivos serão evidenciados num primeiro momento pelos instrumentos que são: Análise documental (Estatuto do Idoso, Documentos das Política Pública Educação do idoso e os Relatórios do CONFITEA +6 de 2015); Entrevista semiestrutura com 35 idosos, 1 coordenador e 6 professores de dois cursos extensionistas em uma instituição de ensino superior da cidade de Curitiba, com vistas a levantar os perfis, as ações universidade/comunidade para a formação permanente de idosos ao longo da vida; Grupo focal por meio de rodas conversa e atividades dialogadas para dar voz aos idosos; Leitura e análise dos projetos dos cursos extensionistas visando identificar as demanda direcionadas aos idosos junto à comunidade e a aprendizagem.

Para Triviños a entrevista semiestrutura corresponde

aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante,

seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 2008, p. 146).

Contudo, Flick (2009,p.95) sobre o processo da pesquisa qualitativa infere colocações pertinentes de que essa forma de pesquisa abrange elementos e traços específicos dela própria, em que ora ela se organiza numa sequência linear e outra circular, sendo está, ao parecer do autor, como a mais correta. A pesquisa-ação formaliza as ações metodológicas que (THIOLLENT, 2008, p. 80) afirma que durante a pesquisa existe uma aproximação do pesquisador com a ação e a resolução do problema no coletivo e participantes representativos de modo cooperativo ou participativo.

Neste sentido, a pesquisa buscará interpretar os procedimentos de análise de dados considerando as três fases da análise de conteúdo Bardin (2010): 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pesquisa será protocolada na Plataforma Brasil e passará pela análise e aprovação do Comitê de Ética.

Com base em estudos, leituras e vivências realizadas no percurso da formação docente, pessoal, educacional e profissional foram refletidas na vida do ser professora na área de educação e indagações que posicionaram o público da pesquisa, o idoso, dentro do espaço da universidade, mais precisamente com relação as ações desenvolvidas nos cursos extencionistas voltados para a emancipação do idoso.

Por volta de 2012, a população idosa, com 60 anos ou mais de idade era de 25,4 milhões, durante 5 anos 4,8 milhões de novos idosos passaram a compor aquele total, o que corresponde a um crescimento de 18% desse grupo etário que hoje é muito representativo no Brasil. Porém, o que chama atenção é o número de mulheres idosas, aproximadamente 16,9 milhões (56% dos idosos) em relação aos 13,3 milhões de homens idosos (44% do grupo). Uma tendência ao envelhecimento da população nos últimos anos é significativa, pois os serviços, os estabelecimentos, os espaços privados e públicos, as pessoas irão precisar pensar e organizar novas dinâmicas de atendimento para essa parcela da população.

Os dados e informações da agência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, destacam que a população brasileira idosos nos últimos anos aumentou em 4,8 milhões de idosos desde 2012. Este dado indica que superou a marca dos 30,2 milhões em 2017, um crescimento, que aos olhos de muitos parece pouco, mas merece atenção de todos, órgãos públicos, e a escola principalmente, pois há um crescente desta população não somente no Brasil, como no mundo todo.

Com isto, pesquisar e propor caminhos para a emancipação da universidade junto à comunidade idosa com ações voltadas para uma educação ao longo da vida, é emergente pois, “a formação é um fazer permanente em que o professor se refaz constantemente na ação, ela não se dá por mera acumulação de conhecimentos, mas constitui-se como uma conquista tecida por muitas mãos” Freire (1996, p.23), e principalmente da universidade com a comunidade.

Neste interim, a educação assume cada vez mais seu papel de transformadora da sociedade, uma vez que se busca por meio dela, a reformulação dos ideais sociais, políticos, científicos e culturais.

A educação que ocorre ao longo da vida para Oliveira (1999) não representa apenas

uma evolução do pensamento pedagógico, mas é referência às necessidades sociais de mundo globalizado com um fluxo de informações e mudanças rápidas e contínuas que permitem às pessoas evoluírem segundo estes princípios.

A de considerar que, os direitos das pessoas idosas regulamentados pela Constituição Federal de 1988, foram paulatinamente ampliados a partir da promulgação de outras leis como a Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e a Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, ambas gerando repercussões em termos legais e políticos.

Como primeiro mecanismo legal de garantir os direitos da pessoa idosa, a Constituição Federal em seu Art. 230 regulamenta que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar a pessoa idosa, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (Brasil, 1988).

Com um caráter permanente, a sua prática se coloca em todos os espaços de atuação do homem formais, informais e não formais, que a ele possibilitam a construção no sentido integral do ser humano, no cotidiano, nas relações estabelecidas, na família e na sociedade de maneira permanente e não existe um único modelo de educação.

A educação para (PINTO, 1989) significa um processo contínuo, não isolado do contexto que se coloca, mas cultural, existencial e social [...] não proporciona uma formação única, uniforme para todos os envolvidos, pois a educação está sustentada por ideologia, com finalidade estabelecida num contexto sócio, econômico e político, de um dado tempo histórico, pois ela ocorre ao longo da vida.

Freire (1979, p.27), nos permite construir “a educação” para a pessoa idosa quando essa educação for uma “resposta da finitude da infinitude” descrita nos processos educacionais em que, a pessoa idosa continue o que está inacabado, independentemente dos fatores como faixa etária, raça, credo, econômico, social e/ou político ou o que fomentou a ruptura do seu processo de educação e formação integral.

Desta maneira, a universidade ao refletir a educação para a pessoa da terceira idade, torna necessária no campo educacional, ações extencionistas educacionais personalizadas para essa população, pois a educação precisa ser entendida enquanto prática social que possibilitará uma aprendizagem ao longo da vida, que favorecerá a transformação cultural da sociedade.

De acordo com Pinto (1989) a educação não é uma conquista de cada indivíduo, mas se constitui como uma função da sociedade e está diretamente ligada ao grau de desenvolvimento que a sociedade apresenta.

Desta maneira, a educação deve ser discutida pelo contexto de ser permanente e ao longo da vida, pois embora em diferentes graus, ela está sempre presente na sociedade. Uma educação permanente de Zaias (2012), pautada na aprendizagem atrelada às mais diversas situações do cotidiano da pessoa para o desenvolvimento de suas competências para agir frente as necessidades de adaptação às condições da educação permanente.

Quando o olhar é lançado sobre a sociedade e suas formas de organização, muitos questionamentos emergem, direcionam para a necessidade de reflexão e ação sob o ponto de vista da condição de vida das pessoas, como elas estabelecem suas relações, qual é o processo formativo que a constitui, as influências de cultura, educação, trabalho, alienação

e ideologia que a constituiu. Este mesmo olhar não permanece o inócuo do momento da interação da pessoa com o(s) outro(s) na sociedade.

Diante dessa realidade, é inevitável que ocorra a fragmentação do ser humano e sua marginalização, os que o tornam evidentes, e sinalizam o distanciamento do olhar humano da capacidade de interpretação das agruras do meio em que vive.

Na construção das sociedades percebe-se que população idosa, é constituída a partir de aspectos positivos como detentor de um conhecimento, saber com base na experiência de vida, envolve maturidade, respeito, sabedoria, qualidade de vida. Porém, a pessoa idosa, ainda está à margem da sociedade que lhe atribuiu características como pessoa alienada, sem perspectivas de vida, parcela da população que despense gastos públicos, e para que não apresenta contribuições braçais e intelectuais para a sociedade.

Conclui-se que a dicotomia apresentada pela percepção do que é velhice, é um reflexo cultural de uma sociedade que vê no papel da educação um instrumento relevante para determinar uma ou outra concepção de idoso no contexto social. Com isso, a pesquisa é relevante, pois atualmente, idoso, velhice e educação são temáticas essenciais que configuram o cenário brasileiro e mundial, principalmente uma educação que possibilite ao idoso no espaço da universidade vivenciar diferentes vivências pelas ações extencionistas educativas para um envelhecimento significativo, reconhecido a relevância do ser idoso enquanto protagonista social.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. Comunidade. Ações Extencionistas. Idoso. Educação ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL. Lei n.º 10172. (2001, 09 de janeiro). Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC.

BRASIL. Lei n.º 10741. (2003, 3 de outubro). Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília.

BRASIL. Lei n.º 8842 (1994, 4 de janeiro). Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Brasília.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. Editoria: [Estatísticas Sociais](#). Publicação 18 de outubro de 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 23 de março de 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa – 3ª ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 93-140.

FREIRE, P. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1979.

FREIRE, P. Política e educação. São Paulo: Cortez; 1997.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2008

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, R.C.S. Terceira Idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis. São Paulo: Paulinas, 1999.

PINTO, A.V. Sete lições sobre a educação de adultos. São Paulo: Cortez, 1989.

ZAYAS, EL. O Paradigma da Educação Continuada. Porto Alegre: Penso, 2012.